

LOGOTERAPIA, DIREITOS HUMANOS E SUSTENTABILIDADE: REPENSANDO MODELOS

LOGOTHERAPY, HUMAN RIGHTS AND SUSTAINABILITY: RETHINKING MODELS

Sam Cyrós

ABLAE – Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial

RESUMO

Através da releitura de autores diversos da história contemporânea — sucessão de crises globais e a própria inepção da Logoterapia —, o presente artigo propõe repensar modelos de consumo e produção, assim como a natureza da Educação e os fundamentos éticos de uma verdadeira transformação. A tridimensionalidade ontológica e os consequentes perigos do reducionismo devem ser aplicados também à própria sociedade como um todo. Utilizando um exemplo institucional percebe-se que projetos educacionais e sociais devem levar à reflexão do propósito da vida, desenvolvendo uma nova consciência de cidadania. Conclui-se que os modelos compelidos pelas vontades de prazer ou poder são substituíveis pela atração a valores e sentidos, através de um senso de guardiania global que simultaneamente respeite liberdades individuais e bem-estar de responsabilidade coletiva.

Palavras-chave: crise; direitos humanos; reducionismo; senso de guardiania; valores.

ABSTRACT

Through the re-reading of many authors from contemporary history of the succession of global crisis and the very inception of Logotherapy, the current article proposes a rethinking of consumption and production models, as well as the nature of Education and the fundamental ethics of a true transformation. The ontological tri-dimensionality and the consequent dangers of reductionism should be also applied to society as a whole. Using one institutional example one understands that social and educational projects must include the reflection of the purpose of life, developing a new awareness of global citizenship. One concludes that models compelled by the desire of pleasure or of power can be replaced by attraction to values and meaning through a sense of global custody which simultaneously respects individual freedoms and the responsibility for the collective well-being.

Keywords: Crisis; Values; Reductionism; Sustainability; Values.

DA TRIDIMENSIONALIDADE HUMANA E DAS CIÊNCIAS

Deve-se considerar o ser humano como possuindo, ontologicamente, uma tríplice dimensionalidade — a física, a psíquica e a noética (Frankl, 1982/2002). Em resumo a dimensão física está voltada para os mecanismos de funcionamento das leis naturais que condicionam o ser; à dimensão psíquica associam-se aspectos como afetos e cognições; e, por fim, é na dimensão noética que o humano é capaz de assumir a sua “peculiaridade e singularidade” (Guberman e Soto, 2005, p. 117) — é a sua “dimensão mais íntima, genuína, constitutiva e distintiva” (Freire, 2002, p. 61), já que é somente através dessa dimensão que o ser humano pode integrar-se na sua totalidade, pois é daí que surgem as faculdades racionais do homem, como a inteligência e a volição, que lhe permitem agir de acordo com a liberdade. É por isso, fundamental que haja uma visão integrada das três dimensões, vendo ao humano como *unitas multiplex*, um ser uno, e um in-dividuum incapaz de ser despedaçado em pedaços, ou reduzido em apenas uma ou outra dimensão.

Esta visão, contudo, não é exclusiva do pensamento de Frankl, conhecido como Logoterapia. Ludewig (1992/1998) chega a afirmar a necessidade de primeiro “resolver o problema da complexidade sem atalhos reducionistas”, e “sem ter que recorrer a reducionismos inadequados”, sendo importante que haja “um conceito global, que tenha em conta ao ser humano em sua dinâmica” total e completa (pp. 113, 14, 144).

É dessa conjunção tridimensional que é possível ver ao noético capaz de controlar os impulsos e as necessidades psíquicas e físicas (ou psicofísicas) que surgem pela vida. É dessa dimensão que surge no humano as suas capacidades de liberdade e autonomia, e a vontade de superar as condicionantes que o circundam. Não fosse isso, a humanidade não estaria em constante progresso. Não fosse assim, o ser humano não teria ido para além da sua condicionante incapacidade de voar e não teria criado sistemas de voos como os aviões, e outras aeronaves; se assim não fosse, o ser humano teria aceitado a escuridão da noite e jamais compreendido o conceito de iluminação a tal ponto de ter descoberto a eletricidade, canalizado-a para o

bem comum. A natureza humana é baseada na curiosidade.

Ao longo das eras, a ciência voltou-se ao porquê de fenômenos naturais, e raras vezes inquiriu-se o para quê de algumas invenções e descobertas. E, enquanto a ciência tem progredido, o senso de reflexão por vezes parece não acompanhar esse progresso. Talvez por isso Frankl (1974/2002) tenha chegado a afirmar que:

Na nossa época a educação tem que por o máximo empenho não só em proporcionar ciência, senão também em afinar a consciência, de modo que o homem seja suficientemente perspicaz para interpretar a exigência inerente a cada uma de suas situações particulares (p. 104).

Essa nova consciência somente poderá surgir numa sociedade que escape à tendência de reduzir o ser humano a uma de suas dimensões, explicando os fenômenos como sendo causados por um fator apenas, mas assumindo a unidade integrada do indivíduo e da própria sociedade. A título de ilustração, utilizamos o exemplo de Ludewig (1992/1998):

Pensemos na respiração: o observador contempla ao entorno como unidade e comprova, por exemplo, que o organismo absorve oxigênio. Deste fato, não obstante, não pode concluir que o oxigênio condicione a respiração, posto que o ser vivente também tenta respirar no vazio. A tentativa, obviamente, pronto termina, porque já não pode manter constantes as relações internas necessárias para a manutenção da organização autopoiética. Num meio ambiente carente de oxigênio a respiração acelera e o ser vivente morre como consequência da hiperacidez de seu sangue. Por conseguinte, as causas da morte estão no próprio ser vivente. Só a partir de uma consideração externa que se pode atribuir à falta de oxigênio a causa da morte” (p. 93).

O que Ludewig nos oferece são duas possibilidades ambas reducionistas: a que atribui a morte a um fator físico — poderemos chamar de biologismo — e a que atribui a morte a uma condição externa ao sujeito — a ausência de oxigênio. A sociedade está fundamentada em debates sobre causas e consequências: reducionismos que põem a responsabilidade na pessoa, no seu físico — nas suas decisões, no seu histórico, na sua genética... —, ou em algum fator externo — como alguma condição social que não é ideal, ao sistema político no qual se vive, a ausência de uma benção

de alguma entidade superior... Isso nos conduz à Teoria da Aprendizagem Social de Rotter (1954) que menciona a ideia de expectativas generalizadas de controle interno vs. externo, conhecidos como locus de controle. Para este autor as decisões humanas, especificamente, e o comportamento, a nível mais geral, ocorrem orientados a metas que têm a ver com a forma que a pessoa atribui a responsabilidade dos acontecimentos. Apesar disso, Rotter não acredita que seja possível haver uma segregação entre ambas as dimensões. Neves de Jesus (1996) explica:

Para Rotter (1954) não tem sentido opor os determinantes ambientais aos individuais para formular uma explicação do comportamento, pois ambos são indissociáveis e interdependentes. O mesmo sujeito pode perceber uma mesma situação de diferentes formas em diferentes momentos e a mesma situação pode ser percebida de diferentes formas por diferentes sujeitos. Neste sentido, esta teoria é interaccionista [sic], considerando, simultaneamente, para a explicação do comportamento do sujeito, a influência da sua personalidade e o significado subjectivo [sic] das situações específicas em que o comportamento ocorre. (p. 103).

Assim sendo, reduzir o ser humano a qualquer uma dimensão é definido, por Noblejas (1995), como uma “visão unilateral, unidimensional do homem, resultando uma imagem deformada do mesmo, fazendo do homem um ‘homúnculo’” (p. 29). É por isso que essa “cegueira” auto-criada (Ludewig, 1992/1998, p. 116) deve ser ultrapassada através de um trabalho conjunto que, não delimite mas, ao invés, complete a imagem humana.

Desde 1844, com a inepção do telégrafo, a espécie humana começou um processo de aproximação inigualável: a Humanidade começou um processo contínuo de transformação. Comunicar com outras culturas foi-se tornando cada vez mais fácil e, com isso, não só a multiplicidade da espécie humana e dos seus focos dimensionais foram-se tornando cada vez mais visíveis, como os modelos teóricos explicativos (científicos ou outros) foram-se tornando cada vez mais redutores, ao mesmo tempo em que aspiravam ser cada vez mais universalistas.

Com tudo isso, a humanidade passou, no século que sucedeu ao fenómeno do telégrafo e da conseqüente proximidade dos povos, a mais crises e conflitos do que nunca antes na humanidade: 37 conflitos separaram os anos de 1844 e 1945. Além

dos conflitos armados, só as últimas décadas permitem ver a palavra crise repetida vezes. A título de exemplo já se falou de crise da guerra fria (com destaque para a crise dos mísseis em Cuba, 1962), crise do armamento nuclear (quase desde a vigoração do tratado de não proliferação em 1970), crise iraniana (na qual 66 diplomatas foram presos por 444 dias entre 1979 e 1980, na embaixada estadunidense em Teerá), crise soviética (com o seu apogeu na queda do Colapso da Cortina de Ferro e a queda do Muro de Berlin), crise nos Balcãs (1999, um dos muitos capítulos de uma crise que se arrastava desde o início do Século XX), crise do crédito hipotecário (iniciada em 2006/2007), crise agrícola (2007), crise dos bancos (assim chamada após o colapso da Lehman Brothers em 2008), crise do petróleo (conseqüente da especulação e da Guerra no Iraque que, em 2008, causou a duplicação dos preços do crude, entre Janeiro e Julho), crise das seguradoras, crise palestina, crise da Grécia, crise do Euro, para citar apenas alguns dos exemplos mais midiáticos.

Mas será que o termo crise é corretamente aplicado? A Terapia Familiar define crise como sendo:

Em uma situação de crise [do grego krisis, momento decisivo] vê-se perturbada a adaptação interna e externa de um indivíduo ou sistema. Quando os mecanismos adaptativos previamente eficientes não bastam para manter a estabilidade ou o equilíbrio, é necessário aplicar novas técnicas e realizar a correspondente reestruturação interna (Simon, Stierlin e Wynne, 1984/2002, p. 94).

Será a sucessão de períodos históricos feita através de processos de crise que desequilibram o equilíbrio social em vigor? Será então o conceito sentido que a Logoterapia prega o resultado desse novo equilíbrio? Ludewig diria que “o sentido é um princípio instável e tem que se regenerar continuamente”, explicando claramente que “o sentido, pois, apoia-se em diferenças, que por sua vez derivam da existência de sentido que continuamente se re-elabora a si mesmo. (1992/1998, pp. 125, 126).

O sentido é dotado das capacidades de auto-criação e recriação constante, num mundo no qual a homeostasia é uma lei física: vejam-se os circuitos celulares, moleculares, ou até económicos (macro e micro). Mas Lukas (2003) esclarece três formas ou “vigências” de homeostasia (p. 86): na dimensão

biológica, a homeostasia é sempre válida; na psicológica é maioritariamente válida; e na noética nunca é válida. Isso porque quando o noético estiver apaziguado a evolução termina e o senso de responsabilidade mingua ao conformismo.

Por isso, um conflito armado é uma crise que almeja um novo equilíbrio, e esse equilíbrio homeostático, que se chama paz, só poderá ser alcançado através da dimensão nunca homeostática - a noética. Será que uma revolução no norte de África é uma crise? Será que numa catástrofe natural, como um Tsunami ou um Terremoto matando milhares em segundos, crises? Crise e equilíbrio, integração e desintegração, sofrimento e sentido são processos que ocorrem em complemento um ao outro. Por isso, propõe-se uma nova concepção de crise: aquela na qual a dimensão noética torna-se incapaz de ver sentido no sofrimento ou de acompanhar a tragédia. Neste sentido, a principal crise é ver os atuais modelos de consumo e produção e, no máximo, desenvolver explicações teóricas que justifiquem os fenômenos sociais. Deste modo, a verdadeira crise não está apenas em guerras, racismo, fanatismo religioso, nacionalismo desenfreado, desequilíbrio social, mas na forma como vivemos essas condições sociais.

DO MODELO SOCIAL E DA VERDADEIRA NATUREZA HUMANA

Os fenômenos mencionados anteriormente ocorrem porque o modelo dominante de desenvolvimento depende de uma sociedade de consumismo vigoroso de bens materiais. Consequentemente, os indicadores de progresso e prosperidade são os próprios níveis de consumo. O resultado torna-se uma preocupação com a produção e acumulação de objetos e confortos materiais (como supostas fontes de sentido) que se tem consolidado em estruturas de poder e informação ao ponto de exclusão de vozes e paradigmas divergentes — o exemplo característico são os índices que medem o desenvolvimento de um país: Produto Interno Bruto (uma medida da vontade de poder, que mensura o poder da moeda nacional), e a Felicidade Interna Bruta (uma medida mais próximo à vontade de sentido que busca medir o bem-estar social) considerada irrelevante.

Ao que tudo indica, os modelos vigentes voltam-se para a busca de prazer e, sobretudo,

poder. Cada vez mais se cultiva a vontade de se adquirir mais, porventura com o propósito de causar mais impacto sobre outros, o que McClelland (1989) atribuiria à motivação de poder. A motivação para o poder parece representar um interesse recorrente em ter impacto sobre os outros.

Não é possível pensar as relações entre povos, nações e indivíduos à margem deste conceito. O poder implica a imposição de uma vontade, traduzida num extenso conjunto de comportamentos e produções dos indivíduos e dos grupos e contribui directa e/ou indirectamente [sic] para a manutenção e/ou transformação das hierarquias sociais e da vida em sociedade (Leal, 1995, p. 379).

Uma das características mais visíveis dos sujeitos altamente motivados para este motivo é a preferência por um risco elevado; já que pretendem ser reconhecidos pelos seus feitos, buscam tarefas mais difíceis, tarefas onde a probabilidade esperada de sucesso seja menor: quanto mais improvável for o resultado favorável, mais admirados sentir-se-ão pelos demais. O que acaba levando a atividades competitivas e agressivas e a um interesse em alcançar e manter um prestígio e uma reputação.

Como a competição e a agressividade estão altamente censuradas pela sociedade, o poder acaba por se manifestar indo ao encontro de normas comportamentais socialmente aceites, como consumir e armazenar bens pelo simples fato de consumir e armazenar. Isso relaciona-se com um sistema totalmente dependente de consumo excessivo para poucos privilegiados que, por sua vez, acaba por reforçar a exclusão, a pobreza e a desigualdade, para a vasta maioria. Cada crise global revela novas dimensões da exploração e opressão inerente aos atuais padrões de consumo e produção, abrindo portas para subseqüentes crises.

A título de exemplo, só os gastos em cigarros nos Estados Unidos são \$82 bilhões (International Institute for Strategic Studies, 2010), enquanto a erradicação da fome em todo o globo custaria \$30 bilhões (United Nations, 2008), a educação básica \$10 bilhões (Bahá'í International Community, 2010), e água e sanidade outros \$10 (United Nations Department of Public Information, 2008), sobrando ainda \$32 bilhões.

A visão reducionista de um mundo materialista, sustentada no pensamento economista, contribui para a degradação da conduta humana, a ruptura de sistemas familiares e comunitários, a

corrupção de instituições públicas e políticas, e a exploração e marginalização de largos segmentos da população.

Então, deve haver uma mudança para uma sociedade mais justa, pacífica e sustentável — e aqui estaria o contributo da Logoterapia: o auxílio na criação de uma sociedade voltada a um (ou muitos) sentido(s) coletivo. Mas isso requer atenção para uma dinâmica harmoniosa entre as dimensões fácticas (como as dimensões física e psíquicas são por vezes denominadas) e a dimensão noética (através de, entre outros, os valores, ou conceitos morais) de consumo e produção. Frankl (2005) chega a afirmar que “a nova geração nasce de uma nova realidade e anela uma nova moralidade, ou seja, realizar valores. (...) ter uma tarefa, uma missão a levar a cabo!” (p. 94).

UM NOVO MODELO DE SUSTENTABILIDADE

O acesso ao conhecimento é um direito universal, e todos, sem exceção, devem poder participar na sua geração, aplicação e difusão. Nesse contexto, cultiva-se confiança e veracidade, erradicação de todas as formas de preconceito e segregação, ao mesmo tempo que se promovem as capacidades coletivas para cooperação, consulta e resolução pacífica de crises e conflitos.

Uma sociedade com um crescimento sustentável é uma que se une, permitindo que a energia não seja mais desperdiçada em esforços para compreender as causas que causaram as crises passadas, mas uma que trabalha pelo progresso coletivo dos seus membros pensando no caminho a seguir a partir do aqui e agora existencial. Para o bem-estar coletivo é necessário o estabelecimento da unidade coletiva. E isso requer considerar necessário que se revejam velhos termos e se lhes atribuam novos significados.

A ideia de consumo e produção sustentáveis deve ser reavaliada e atribuir-se-lhe um novo significado. Para isso deve-se rever a verdadeira natureza humana: o que ele é e qual é o sentido da sua existência?

O ser humano é um ser voltado ao sentido, propósito, objetivo. A Logoterapia fundamenta a sua ação no intuito de ajudar na procura do sentido. Desta forma, a pessoa deve “tentar alcançar o melhor em sentido absoluto; de outro modo, nem

sequer chegaremos ao bem relativo” (Frankl, 2001, p. 32) e, por isso, para alcançar esse sentido, deverá buscar o “sentido concreto em situação determinada” (Frankl, 1977/2003, p. 33). O ser humano não necessitaria, portanto, de fugir das situações problemáticas, senão aprender a reagir a elas numa forma na qual consiga encontrar algum sentido. A cada instante e em cada situação podem surgir oportunidades para que o ser humano realize sentidos: a essas oportunidades gerais de sentido se lhes dá o nome de valores. E o valor só se converte em sentido aquando da decisão de realizar um entre vários possíveis (escolha livre e responsável de valores). A relação entre os sentidos e os valores é, portanto, direta: um influencia ao outro, sendo que o valor escolhido neste momento leva à realização de um sentido que permite outra situação que leva a outra escolha, a outro valor, e, assim, *ad aeternum*.

Tendo essa visão de ser humano atraído a valores e em busca de sentido, é compreensível que o ser humano deva almejar um estado de plenitude entre as suas três dimensões, assim como nas suas relações interpessoais. Os seres humanos não devem focar apenas em uma das dimensões, que são: física, na qual se foca no seu corpo, na aparência e na imagem; a dimensão psíquica focada nas relações com os demais ou nas realizações profissionais, entre outros; e a dimensão noética que leva às pessoas a se focarem nos seus sonhos e nas suas aspirações. O ser humano pleno é aquele que reconhece essas três dimensões. Portanto, a humanidade plena é aquela que reconhece as três dimensões e compreende que os conflitos surgem porque pessoas diferentes não possuem o mesmo nível de plenitude, focando-se cada um mais ou menos em uma ou outra dimensão, sem compreender a relação dialógica que podem estabelecer com pessoas mais focadas em outra dimensão. Daí surgem os conflitos e as crises interpessoais e interculturais.

Como já mencionado, a atual cultura do consumismo tende a criar homúnculos, humanos reduzidos a seres competitivos, insaciáveis consumidores, e objetos de manipulação pelo mercado. Ter em conta o corpo e ignorar às demais dimensões é criar seres preocupados com a estética, enquanto que a preocupação pela dimensão psíquica pode originar seres frios e racionais ou até seres focados em relacionamentos diluindo as responsabilidades nas interações, enquanto que trabalho exclusivo com a dimensão noética tira os

pés do chão e leva ao mundo do idílico. O que se deve alcançar, portanto, é um grau de compreensão coletivo que veja os conflitos subjacentes à espécie humana como passíveis de solução se as medidas considerarem todas as dimensões, procurando entender a plenitude humana e os arcabouços sócio-culturais que conduzem instituições de governo, negócio, educação, e mídia a nível global.

ESBOÇO DE UMA EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL

Um processo que vise o progresso deve fazer-se acompanhar por diálogos públicos sobre as fundações éticas de uma real transformação. Compreender a plenitude do ser humano em suas dimensões é apenas o primeiro passo. É necessário ainda compreender a totalidade da espécie humana na sua plenitude. Uma metáfora é a de um corpo orgânico com suas inumeráveis células, com formatos e funções diversas que, cooperando, fazem possível a vida, comunicando entre si, entre outras coisas, informação e energia. Esse deve ser o novo conceito de justiça: reconhecimento de que os interesses de um e de toda a comunidade são indissociáveis.

Essa visão em nada se aproxima àquilo que Xausa (1986/1988) caracteriza como “uma patologia específica” da contemporaneidade, o coletivismo. O Coletivismo é caracterizado por uma “atitude provisória diante da vida” — no qual “se ignora o amanhã pessoal, de um povo ou da humanidade inteira” (p.137).

O que se preconiza sim, é a interconectividade orgânica entre os elementos da sociedade — pessoas e o próprio meio que as envolve —, desenvolvendo uma consciência da cidadania mundial que não só aceite e tolere as diferenças como as aprecie. Almeja-se assim estabelecer estruturas que reconheçam a posse comum dos recursos da terra. Para isso o seu foco deve ser a eliminação de todas as formas de preconceitos, racismo e violência, o estabelecimento de mecanismos que promovam justiça econômica global, a adoção de uma linguagem internacional auxiliar para facilitar o entendimento mútuo. E, então, com essas profundas mudanças — nas mentes das pessoas e nas estruturas sociais — a própria natureza da Educação é repensada.

A Fundação Ruhi, na Colômbia, ao longo dos últimos anos, tem desenvolvido um projeto social e educativo cujo foco é ajudar àqueles que lá aprendem a também refletirem sobre o propósito da vida, ajudando-os a irem para além dos limites das suas realidades culturais, para que desenvolvam alternativas para os problemas e entendam as múltiplas consequências de seus comportamentos. Para além de instruir, os seus currículos escolares optaram assumir como seu ponto focal a transmissão de competências relevantes para o desenvolvimento do vasto potencial inerente aos participantes do processo ensino-aprendizagem. Os resultados foram conseguidos enraizando todo o processo educativo num profundo espírito de serviço e colaboração. Isso se aproxima das ideias esboçadas por Frankl (2005) de que é fundamental encontrar ou até criar “verdadeiros heróis [que,] ainda que com o estômago que se queixa de fome, se comprometem em diversas organizações, desenvolvendo atividades de voluntariado nas bibliotecas ou colaborando com o serviço de ordem em várias escolas públicas” (p. 93).

Isso ocorre mediante o ensino da prática do voluntariado. E voluntariado é o trabalho de serviço social, mas também a partilha voluntária de conhecimento. Se isso ocorre, todos podem aprender com os erros e os sucessos de todos. Se houver partilha voluntária de riquezas, sem imposições e com a manutenção do senso de propriedade, a equalização econômica será mais realista.

Transformação envolve mudanças conscientes nas escolhas e normas. Por isso deveriam ser criados espaços que inspirem e construam a capacidade para o serviço. O quadro conceptual para ação deve ser guiado sobre uma dinâmica de aprendizagem caracterizada por ação, reflexão, e consulta. Durante o primeiro, apresenta-se a situação a debater a todos os envolvidos no processo, eliminando linguajar confuso e complexo, evitando o mal-estar entre os participantes. O coordenador da consulta permite que os participantes no processo adquiram informação suficiente, de modo a poderem dar opiniões fundamentadas. Para isso, o tempo de partilha de informação é otimizado, permitindo a participação universal. Num tal clima, as pessoas evitam mesclar fatos com opiniões, causas e sintomas do problema, nem se preocupam em encontrar culpados, mas soluções. Atribuem

coletivamente um novo sentido para o que seria visto como problema, delineando estratégias que são implementadas, tendo em conta as capacidades manifestas e potenciais dos recursos humanos disponíveis, bem como as demais condições vigentes. Após esse período de ação, é necessário refletir sobre a forma como foi feita e sobre os resultados obtidos (ou não). Muda-se o foco do “por quê” para o “para quê”.

Acima de tudo, o processo acima descrito de consulta, ação e reflexão capacita e empodera os indivíduos a ações coletivas de transformação social. O processo ocorre em trabalhos com indivíduos de todas as idades, que acabam reconhecendo e desenvolvendo as suas capacidades morais. As energias desses indivíduos são, assim, canalizados para a melhora das suas comunidades.

Para que um modelo seja realmente sustentável é necessário que a participação seja universal: homens e mulheres, ricos e pobres, crianças e adultos devem todos participar da tomada de decisão e da execução dos projetos. Não se pode, portanto, esquecer das aspirações das crianças do mundo e a sua necessidade de educação moral, desenvolvendo aulas que foquem no estabelecimento das fundações de um caráter nobre e sublime — voltado para a criação e para as relações. Os pré-juvens, com idade entre os 11 e os 14 anos, devem ter os meios para canalizar as suas energias construtivas e criativas em direção à melhora de suas comunidades, criando, eles mesmos, um ambiente de aprendizagem que lhes permita formarem as suas identidades morais nesse momento crítico de suas vidas e a desenvolverem as suas potencialidades. Todos são, portanto, convidados a fazerem parte de pequenos grupos de aprendizagem participativa em volta de conceitos e temas que os encorajem a se tornarem agentes de transformação em suas comunidades dentro de uma dinâmica de aprendizagem e uma orientação para o serviço e, com o “sentimento de fazer algo” encontrar “a consciência de viver de maneira significativa” (Frankl, 2005, p. 94).

Isso nos leva ao um conceito muito ouvido em alguns debates da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e do seu evento paralelo a Cúpula dos Povos, em junho de 2012 — guardiania.

O senso de guardiania global é a ideia de que cada um ingressa no mundo sob a guarda do todo e

que, por sua isso, não só possui a liberdade de agir como lhe convier, mas agir de forma responsável pelo bem-estar da coletividade. É um princípio que desafia as bases éticas de uma lealdade mais ampla àquela ao país no qual se nasce ou vive, que é de uma comunidade de nações como um todo. Enquanto algumas nações entendam que os seus interesses são superiores e mais relevantes que aqueles de outras nações, ou algumas nações declamem independência de seus relacionamentos inter-nacionais, o progresso que a humanidade poderá alcançar será reduzido e de curta duração.

EM FORMATO DE CONCLUSÃO, OU UM NOVO COMEÇO

Os campos de concentração nazis, violavam os direitos humanos de uma parte da população mundial, mas a humanidade declarou esses atos contra alguns de seus elementos como crime contra si mesma, denominando crime contra a humanidade. O Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional prevê como “crime contra a humanidade” qualquer ato “quando cometido por parte de um ataque propagado ou sistematizado contra qualquer população civil” que inclua “assassínio; extermínio; escravatura; deportação ou transferência forçada de população; aprisionamento ou outra privação severa de liberdade física em violação a regras fundamentais de direito internacional, tortura; estupro, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer forma de violência sexual de gravidade comparável; perseguição contra qualquer grupo ou coletivo identificável em política, raça, nacionalidade, cultura, religião, gênero sexual (...); desaparecimento forçado de pessoas; o crime de *apertheid*; outros atos desumanos de caráter similar intencionalmente causando sofrimento ou dano sério ao corpo ou à saúde mental ou física”.

É um entendimento comum que a Logoterapia nasce nos campos de concentração, em ambiente no qual foram cometidos vários crimes contra a humanidade. Assim, caberá a ela em particular, dentre as demais escolas de pensamento e correntes de psicoterapia, assumir para si o papel de guardiania. No contexto da guardiania, direitos humanos passam a prover uma estrutura de relações humanas por meio dos quais todos possuem a oportunidade de realizar a sua plenitude existencial,

e todos se preocupam em prover um ambiente propício ao desenvolvimento dos demais. A mudança para modos sustentáveis de produção e consumo é mais uma expressão desse princípio: em poucas palavras, é preciso reconhecer que consumir mais do que a porção justa significa exaurir os recursos necessários ao sustento de outros.

Assim, Sustentabilidade e Direitos Humanos, dois temas na vanguarda da consciência pública, são, na verdade um só tema interconexo. Instituições culturais e governos, educação e mídia, empresas e organizações religiosas e até a própria sociedade civil estão fazendo delas tema de foco. Visões mais amplas de propósito da existência e de prosperidade humana são trazidas para o centro do discurso e da ação públicos.

Por isso, caberá à nova geração de logoterapeutas e logopedagogos observarem a realidade vigente e desenvolverem ferramentas que,

sobretudo empoderem, criando colaboração e um processo de questionar-aprender-agir. Não cabe criar programas de apoio social, ou propor leis que pretendam organizar partes da sociedade. Transformação social não é um projeto que a Logoterapia executará em benefício da população. Por isso, mais que o apoio a políticas conscientes e às chamadas 'tecnologias verdes', o seu papel, no século XXI é o de criar mecanismos que auxiliem um exame sério da leitura da natureza humana e dos arcabouços culturais que conduzem todas as dimensões da sociedade.

A Logoterapia é, sim, capaz de ser uma propulsora de mudanças e a propulsora de um modelo de ação e reflexão, dotado, sobretudo, de um sentido universal, mas que, ao mesmo tempo, seja capaz de respeitar os sentidos que cada pessoa consiga atribuir a cada momento às situações da sua vida individual.

Referências

- Bahá'í International Community (2010). Rethinking Prosperity — Forging Alternatives to a Culture of Consumerism. Recuperado a 25 de novembro de 2012: <http://bic.org/statements-and-reports/statements/rethink-prosperity-alternatives-culture-consumer>.
- Frankl, V. E. (2002). *La presencia ignorada de Dios – Psicoterapia y religión*. Barcelona: Editorial Herder (Trabalho original publicado em 1974).
- Frankl, V. E. (2003). *Ante el vacío existencial – Hacia una humanización de la logoterapia*. Barcelona: Editorial Herder (Trabalho original publicado em 1977).
- Frankl, V. E. (2002). *La voluntad del sentido – Conferencias escogidas sobre logoterapia*. Barcelona: Editorial Herder (Trabalho original publicado em 1982).
- Frankl, V. E. (2001). *Psicoterapia y existencialismo – Escritos selectos sobre la logoterapia*. Barcelona: Editorial Herder.
- Frankl, V. E. (2005). *Las raíces de la Logoterapia – Escritos Juveniles 1923-1942*. Buenos Aires: Fundación Argentina de Logoterapia “Viktor E. Frankl”.
- Fundação Ruhí (1999). *Ensinando a Causa*. Mogi-Mirim: Editora Bahá'í do Brasil.
- Guberman, M., & Soto, E. P. (2005). *Diccionario de logoterapia*. Buenos Aires: Grupo Editorial Lumen Hymnitas.
- International Institute for Strategic Studies (2010). Recuperado a 25 de novembro de 2012: <http://www.iiss.org/whats-new/iiss-in-the-press/press-coverage-2010/february-2010/report-military-spending-unaffected-by-recession/>.
- Leal, I. (1995). O Poder: Proposta para uma análise estrutural-dinâmica. *Análise Psicológica*, 4, 379-383.
- Ludewig, K. (1998). *Terapia sistémica: Bases de teoría y prácticas clínicas*. Barcelona: Editorial Herder. (Trabalho original publicado em 1992).
- Lukas, E. (2003). *También tu vida tiene sentido*. México, DF: Ediciones LAG.
- McClelland, D. (1989). *Estudios de la motivación humana*. Madrid: Narcea, S.A. de Ediciones.
- Neves de Jesus, S. (1996). *A Motivação para a Profissão Docente: Contributo para a clarificação de situações de mal-estar e para a fundamentação de estratégias de formação de professores*. Aveiro: Estante Editora.
- Noblejas, M. A. (1994). *Logoterapia. Fundamentos, principios y aplicación. Una experiencia de evaluación del “logro personal de sentido”*. Dissertação de Doutorado, Facultad de Educación, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.
- United Nations Department of Public Information (2008). Press Release. Secretary-General, addressing side event, spells out areas ‘crying out for action’ to advance implementation of water and sanitation agenda. Recuperado a 25 de novembro de 2012: <http://www.un.org/News/Press/docs/2008/sgsm11813.doc.htm>.

United Nations (2008). Press Release. Secretary-General Calls for \$30 Billion to Restructure World Agriculture, Create Long-Term Food Security. Recuperado a 25 de novembro de 2012: <http://www.un.org/esa/ffd/doha/press/foodsideevent.pdf>.

United Nations (1998). Rome Statute of the International Criminal Court. Recuperado a 25 de novembro de 2012: <http://untreaty.un.org/cod/icc/statute/romefra.htm>.

Xausa, I. A. M. (1988). *A Psicologia do Sentido da Vida*. Petrópolis: Editora Vozes (Trabalho original publicado em 1986).

Recebido em 25/11/2012

Aceito em 15/02/2013

Sobre o autor

Sam Cyrós. Psicólogo e mestre em Psicoterapia Relacional pela Universidade de Sevilla (Espanha). É membro da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial e representante no Brasil da Academia Internacional de Psicoterapia Positiva e Transcultural. E-mail: shcyrós@gmail.com